



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO V - Nº 73 - 2ª Quinzena de agosto de 1994 - R\$ 0,35 - Solidário: R\$ 0,70

O desemprego esmaga os trabalhadores.

O salário mínimo de 70 reais mata de fome.

**É preciso sair às ruas em manifestações
para derrubar o Plano Real, de recessão,
desemprego e fome.**

**Que a marcha do dia 25 seja de luta nacional
e não eleitoreira.**

**Organizemos as campanhas unificadas de
setembro.**

Por um Congresso da Apeoesp de
luta e que rejeite subordinar o
sindicato à Frente Popular,
reformista e eleitoreira.

África: Um continente esmagado
pelo imperialismo

Viva o 1º Congresso do Comitê de
Enlace. Trabalhemos pela
construção do Partido Mundial da
Revolução Socialista

Para que servem as eleições
presidenciais?

Têxteis: Descontentamento com o
congelamento dos salários e as
demissões.

Lançado o 1º volume das Obras
Completas do revolucionário dirigente
do POR boliviano Guillermo Lora.
Assimilar as experiências
internacionais do proletariado.

As campanhas salariais precisam enfrentar o plano

Aproximam-se as campanhas salariais das categorias mais importantes do país. Bancários, metalúrgicos, químicos e plásticos, diversos setores do movimento operário têm data-base de setembro a novembro. Os salários sofreram com perdas causadas pela alta inflação que os corroeu desde o final do ano passado, com a urvização em março, com a conversão para o real (quando os preços saltaram) e com a inflação em real acompanhada de congelamento salarial.

O custo da cesta básica, que equivale a quase dois salários mínimos, mostra que os salários foram desvalorizados a fundo pelo Plano Real. Os índices de inflação, que variaram de 6% a 11% em julho, mantêm-se. São uma prova do arrocho salarial sentido no estô-

mago pelos operários e suas famílias.

A recessão está se aprofundando no país. A queda no comércio de alimentos mostra que os assalariados, que não têm onde economizar, estão comprando menos comida. A produção caiu em setores chave da economia. As demissões já estão anunciadas nas férias coletivas. Em alguns setores, já se manifestam em centenas de demitidos.

A supervalorização do real em relação ao dólar mantém as exportações em queda e favorece as importações. Os setores da economia voltados para a exportação entram em crise e alimentarão a recessão e as demissões. O favorecimento da entrada de produtos estrangeiros põe em risco segmentos industriais nacionais inteiros, como têxteis e plásticos.

Os candidatos às eleições juntaram-se todos na defesa do plano. Alguns fazem críticas, mas ninguém coloca a tarefa de derrubar o plano de fome e desemprego. O reformismo petista, que dirige a CUT e a maior parte dos sindicatos, nega-se a chamar a luta contra o plano, porque teme que isso leve Lula a perder mais votos.

O PSTU critica o arrocho salarial

e o congelamento dos salários. Mas não reivindica do PT que chame a luta pela derrubada do plano, porque seus interesses eleitorais estão acima da sua disposição de defender a vida dos assalariados.

A proposta de Vicentinho, de um salário mínimo de 117 reais, mostra que o reformismo está disposto a negociar a fome com o governo e os patrões. A defesa insistente das câmaras setoriais na propaganda eleitoral indica que o reformismo irá mais fundo na política de conciliação de classes. Quer dizer que manterão a tendência de luta dos assalariados bloqueada, utilizando-se dos conchavos com os patrões.

Os assalariados não podem pagar o custo do eleitoralismo reformista com a fome, miséria e desemprego. Está colocada a defesa da convocação de assembleias em todas as categorias e a exigência de que os sindicatos unifiquem as campanhas salariais através da formação dos comandos unificados eleitos nas assembleias, pauta de reivindicações comuns (tendo como eixo a derrubada do plano antinacional e antipopular) e na perspectiva da realização da greve geral nacional por tempo indeterminado.

É preciso enfrentar o desemprego saindo às ruas

O desemprego cresce ano a ano. No primeiro semestre de 1994, a pesquisa do IBGE constatou que o desemprego e o subemprego atingem 21% da população economicamente ativa. Somente nas principais cidades do país 16,29% disputam vagas. Nas regiões mais atrasadas e pobres, a situação é mais grave: em Recife o desemprego e subemprego afetam 38%; Salvador 32%. Entretanto, nos centros mais avançados as condições de emprego não são melhores: o desemprego e sub-emprego atingem em Belo Horizonte, 26%; Rio 18%; em São Paulo, 17% e Porto Alegre, 18%.

Na verdade, esses dados não são exatos e se reconhece que o quadro do desemprego é muito mais grave, pois uma grande massa de desempregados se refugia na economia informal (camelôs), vivendo de migalhas. Dado o avanço da crise capitalista, os fabricantes têm obrigado os trabalhadores a darem mais produtividade reduzindo a mão de obra. Por outro lado, fábricas inteiras têm fechado suas portas demitindo em

grande quantidade de uma só vez.

A aplicação integral do Plano Real alimentará a recessão e o desemprego. Esse é um mal do capitalismo que marginaliza milhões da produção, transformando-os em indigentes.

A política de conciliação de classes nas Câmaras Setoriais não faz outra coisa senão acobertar a demissões e facilitar as coisas para o patronato. A burocracia sindical imobiliza os sindicatos e a CUT perante esse flagelo. É necessário romper essa camisa força unindo os empregados, subempregados e empregados numa só luta.

As promessas eleitoreiras de abertura de milhões de emprego devem ser denunciadas e rechaçadas. O método de luta é sair em massa às ruas exigindo a redução da jornada de trabalho para que todos trabalhem, sem redução salarial, e abertura de obras públicas, sob o controle dos explorados. A formação de comitês de luta contra o desemprego e os baixos salários é o verdadeiro caminho da defesa da fonte de trabalho dos assalariados.



Para que servem as eleições?

Os trabalhadores estão sendo bombardeados pela campanha eleitoral. Todos os candidatos dizem que é preciso votar bem porque afinal de contas o que está em jogo é a melhoria de vida da população. Assim, apresentam planos de abertura de milhões de empregos, distribuição de renda, reforma agrária, saúde, educação, moradia etc.

Vemos que cada candidato oferece mais do que o outro em busca do voto. Todos eles, de repente, viraram mágicos que tudo podem dar para os oprimidos. Os burgueses e os vendidos aos burgueses oferecem ilusões aos explorados e em troca esperam obter seu apoio político, para poder continuar o domínio dos exploradores.

Os pobres do campo e da cidade são chamados a dar continuidade ao sistema capitalista de exploração do trabalho. Toda vez que os operários, camponeses e classe média arruinada apóiam os partidos patronais nas eleições perpetuam sua própria escravidão perante os capitalistas que têm o poder econômico e político no país.

As falsas alternativas

Duas candidaturas estão em disputa: A de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e de Lula (PT). O burguês Fernando Henrique Cardoso diz que, com seu Plano Real, solucionará a inflação e, com isso, porá fim ao empobrecimento das massas. Tudo não passa de um artifício de pouca duração. Por outro lado, o Plano reduziu drasticamente os salários e os congelou por um ano. O salário mínimo fixado em 64,79 reais equivale a uma pena de morte, considerando que a cesta básica vale 106 reais aproximadamente. Além disso, prevê a entrega das estatais aos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Tem também por objetivo acabar com a aposentadoria por tempo de serviço e as minguadas conquistas sociais. Como vemos, ataca violentamente a economia nacional e a vida das massas.

A candidatura Lula é apresentada como a salvação dos oprimidos. Promete 8 milhões de novos empregos, assentamentos aos sem-terras, elevação gradual do salário

mínimo, aumento de verbas para a saúde e educação. Devido a essas promessas, o PT afirma que existem "dois projetos": um da burguesia (conservador) e outro dos trabalhadores (de reformas sociais). Com essa propaganda, o PT objetiva ganhar apoio da maioria explorada.

Entretanto, às costas dos assalariados e camponeses pobres, Lula se reúne com os capitalistas da Fiesp, com os latifundiários da UDR e com os imperialistas norte-americanos, alemães etc. Nessas reuniões, o PT promete não atingir os seus lucros, não tocar nas terras dos latifundiários e a não prejudicar os credores internacionais que saqueiam as riquezas do país.

Vemos assim que de fato não existem "dois projetos" opostos em disputa (dos capitalistas e dos trabalhadores). O que há são dois projetos burgueses: o neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e o demagógico-populista de Lula, que no fundo não deixa de ceder às pressões do imperialismo.

Eleição e corrupção

Na época da fraudulenta CPI do Orçamento, Fernando Henrique Cardoso foi denunciado por ter comprado uma fazenda sem pagar impostos. Logo o escândalo foi abafado porque Fernando Henrique era o único candidato burguês capaz de ter votos. Recentemente, explodiu o escândalo Bisol (vice presidente da chapa Lula). O homem mais cotado por ter investigado as fraudes das emendas do Orçamento e as implicações das empreiteiras é denunciado pelas mesmas razões de tráfico de influências. Por mais que Bisol e o PT procurassem justificar a legalidade das emendas que favorecem uma região em que se localiza seu latifúndio, não teriam como limpar a lama. A Frente Popular foi obrigada a remover o corrupto.

Esse acontecimento mostra que não é possível participar do parlamento ou de qualquer instância do Estado burguês sem se corromper. A não ser que se tenha uma posição revolucionária de destruição dessa máquina de dominação capitalista dos explorados. Desde o momento em que se utilize o parlamento para

legislar em favor do capital (bancueiros, industriais, latifundiários etc), a corrupção é líquida e certa.

A tentativa de manutenção do parlamentar burguês (Bisol) pela Frente Popular foi mais uma prova de seu compromisso com o Estado apodrecido. Toda corrupção política - o PT se corrompeu politicamente - leva à corrupção econômica.

A vergonhosa posição das correntes de esquerda

O PSTU desde o início se integrou à Frente Popular. Em nome de um programa dos trabalhadores, apóia a estratégia da frente popular, que levará à formação de um governo burguês de coalizão, caso Lula seja eleito. O argumento de que o PT deve romper com a burguesia não passa de uma manobra oportunista, uma vez que o PT não rompe com a burguesia e o PSTU não rompe com o PT-Frente Popular. Diante do escândalo Bisol, defendeu a substituição do vice, porém não arredou pé de seu apoio, mesmo diante da manutenção inicial do corrupto Bisol.

A pseudo-trotsquista Causa Operária inventou a explicação de que Lula é diferente da Frente Popular. Chama o PT a romper com a burguesia, porém tem a mesma conduta do PSTU. Frente às denúncias contra Bisol, Causa Operária se propôs a

NACIONAL



romper com a candidatura Lula?

Baseados na constatação de que os trabalhadores têm ilusão no reformismo petista e na candidatura operária de Lula, essas correntes capitulam e praticam uma vergonhosa política antirevolucionária.

Votemos Nulo em defesa da independência de classe

Diante desse quadro de fraudes, mentiras e corrupção, a posição política correta dos trabalhadores conscientes é votar nulo em defesa da independência de classe. Pelo fato de não termos ainda um partido revolucionário nacionalmente estruturado e em condições de impor à

burguesia candidaturas revolucionárias estamos obrigados a votar nulo e denunciar a política burguesa comum a todos os partidos.

A defesa da independência de classe significa rejeitar a direção dos partidos patronais e do reformismo petista e se colocar pela construção do partido operário revolucionário. O objetivo programático desse partido é o de destruir o capitalismo pela revolução de massa, em que a classe operária e a maioria explorada tomam o poder e passam a controlar os meios de produção (fábricas, terras etc).

O fim da exploração do trabalho é a única forma de acabar com a miséria da maioria. Essa tarefa não cabe a nenhum partido burguês ou reformista como o PT. Quanto mais os trabalhadores se livrarem dessas direções e se colocarem em luta pela construção de seu partido mais se aproximarão do objetivo de destruir o poder político e econômico da burguesia e instalar um governo operário e camponês.

As reivindicações mais elementares como o salário mínimo real, emprego a todos, terra aos camponeses, moradia aos sem-tetos, saúde e educação não virão das promessas eleitorais e do Estado burguês. Essas serão arrancadas à força dos capitalistas através da luta direta e de massa, ou seja, de greves, ocupações, manifestações etc.

O Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (T.POR), ao contrário dos reformistas eleitoreiros, chama os trabalhadores a conflarem em suas próprias forças, construindo as comissões de fábrica, os comitês de greve, comitês agrários e a auto-defesa contra a repressão. Chamamos os trabalhadores a votarem nulo contra a fome e a miséria, pela construção do partido operário revolucionário e pelo governo operário e camponês, que encarne a revolução e a ditadura proletária contra a ditadura da minoria capitalista.

O que faz o eleitoralismo!

A cúpula dirigente do PT se desespera com as pesquisas eleitorais indicando a ultrapassagem de Fernando Henrique a Lula. Frente a isso, o Diretório Nacional resolveu retirar as candidaturas próprias aos governos da Paraíba e do Rio Grande do Norte, objetivando ganhar apoio eleitoral do PMDB que tem a candidatura de Antonio Mariz (Paraíba) e do PSB com a candidatura de Wilma Faria (Rio Grande do Norte).

Não importa à direção petista se tais candidaturas representam interesses oligárquicos-latifundiários, o que interessa é se elas aumentarão o número de votos a Lula. O reformismo mostra que sua política de alianças não tem limites; a fará com os setores mais reacionários para chegar ao poder do Estado.

A militância de base enganada ainda acha que esse partido não se corrompeu pela política burguesa e que realizará "um governo a favor das massas oprimidas". Não podemos nos dar o luxo dessas ilusões, quando a traição do PT às mais elementares aspirações dos explorados é evidente e quando a crise capitalista avança contra a vida das massas. A polí-

tica de colaboração de classe mantém a classe operária sob a dependência do poder burguês.

Não deve ser este o objetivo da vanguarda militante e do proletariado, pois o colaboracionismo é a negação da tarefa histórica de destruição do regime econômico de exploração do trabalho. É preciso, ao contrário, combater acirradamente o reformismo farsante e construir o partido da revolução proletária, que têm por método a organização de movimentos de massa e por objetivo a tomada do poder pela insurreição.

A participação nas eleições deve estar condicionada a estes princípios e se constituir num meio de luta contra a burguesia. O reformismo faz o contrário, bloqueia a luta direta dos trabalhadores e a substitui por alianças com os partidos burgueses, prometendo para o futuro migalhas. A retirada de candidaturas próprias na Paraíba e Rio Grande do Norte para obter apoio de representantes da oligarquia regional é a prova mais cabal que o reformismo reproduz a velha política burguesa.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970



A campanha eleitoral desvia as massas da ação direta

Nas últimas semanas, a campanha eleitoral passou a assumir o centro das atenções. A maioria das frações burguesas, hoje agrupadas ao redor da candidatura de Fernando Henrique, conseguiu impor uma forte pressão sobre as massas no sentido de arrastá-las para a disputa eleitoral.

O arrocho salarial causado pelo Plano não encontra resistência, porque as correntes reformistas que dirigem as organizações de massa estão empenhadas exclusivamente nas campanhas de Lula e de seus candidatos proporcionais. Avallam que combater abertamente o plano levaria à perda de votos. Assim, as campanhas salariais encontram-se paralisadas.

A aplicação do neoliberalismo, que encontra-se momentaneamente emperrada nessa última etapa do governo Itamar, pode ganhar força depois das eleições. Os candidatos estão em consenso na necessidade de realizar uma revisão constitucional em 1995. Até os petistas já declararam-se favoráveis à revisão. Já mostramos que a revisão constitucional é a forma aparentemente democrática de aumentar a opressão nacional e social no país. Sempre foi uma exigência do imperialismo com o objetivo de que o governo entregue a mineração e as telecomunicações à exploração estrangei-

ra e destrua a previdência, saúde e educação públicas, a fim de dar ao Estado condições de manter os pagamentos dos juros das dívidas externa e interna. Dessa forma, a campanha eleitoral tem funcionado também como instrumento de rearranjo de forças e disciplinamento ao redor do neoliberalismo.

Um debate realizado entre os coordenadores políticos de campanha mostrou a semelhança entre as propostas de governo da Frente Popular e do PSDB/PFL. A grande dificuldade dos que assistiram ao encontro foi estabelecer quais eram as diferenças entre ambos. O reformismo se esforça para se mostrar confiável aos capitalistas.

O PT se compromete cada vez mais com a corrupção burguesa. Apesar de não ser mais candidato a vice, Bisol continua com o apoio do PT. O caso Bisol não é uma exceção na linha do PT. Em Sergipe, o PT apóia Jackson Barreto, do PDT, que foi prefeito de Aracaju e é acusado de corrupção na gestão passada.

O desvio de dinheiro dos sindicatos e sua utilização como aparelho para a campanha de Lula tem sido utilizada pela burguesia para atacar as organizações de massa e, ao mesmo tempo, a candidatura petista. O PT tem satisfações a dar aos trabalhadores. A convocação de assembleias massivas é a única for-

ma do reformismo responder aos trabalhadores pela utilização eleitoral de seus sindicatos.

O pior de tudo é a anulação das organizações de massa pelo reformismo. Diante do congelamento dos salários e alta dos preços imposta pelo plano econômico, a CUT e os sindicatos são anulados e não chamam a luta de massa em função dos interesses eleitorais.

Diante de tudo isso, está colocada a denúncia do reformismo e a defesa da campanha nacional, que coloque a luta das massas na rua. Na campanha eleitoral, isso só pode se expressar através da defesa do voto nulo programático que chame a ação direta das massas e a construção do partido operário revolucionário, condição indispensável para se conquistar a independência de classe.

NACIONAL



Corrupção denunciada nas eleições

As denúncias de corrupção têm aflorado durante a campanha eleitoral. Com várias manifestações envolvendo cada candidato, evidenciam a rede de corrupção política e econômica sobre a qual se constrói a democracia burguesa. E expõe o agravamento da crise política, com o acirramento dos atritos entre as frações burguesas. Não se trata apenas de troca de farpas entre as principais candidaturas, que mostrou claramente a corrupção de Bisol, vice de Lula, e Guilherme Palmeira, vice de FHC. O episódio envolvendo o candidato do PL, Flávio Rocha, ilustra bem isso. Rocha foi denunciado por vender bônus eleitoral por menos da metade do seu valor nominal para seus familiares. A jogada era a seguinte: pela legislação, os partidos só podem receber doações através de bônus

eleitoral. Esse bônus pode ser descontado no imposto de renda. Os candidatos e partidos fazem um acerto com os empresários vendendo o bônus a um preço menor que o nominal. Os empresários que compram o bônus arrumam um jeito de pagar menos impostos e os candidatos e partidos levam uma parte do dinheiro da negociata. Flávio Rocha só fez algo que grande parte dos candidatos também faz.

O PT também foi envolvido nessas denúncias. Arranjou-se um depósito de 7 mil dólares feito por um doleiro ligado aos esquemas de Collor para a conta do PT durante a campanha de 1989. Tudo indica que pode ter sido uma espécie de armação para desgastar ainda mais a candidatura frentepopulista. Mas mostra claramente que a prática burguesa de se obter

dinheiro para a campanha foi incorporada como método pelo PT.

A forma de se sustentar economicamente também diferencia um partido operário de um partido burguês. O partido operário se financia a partir da cotização dos seus militantes, de campanhas financeiras e da contribuição voluntária e consciente dos assalariados. Faz assim para manter sua independência política e organizativa em relação à burguesia, seu Estado e seus partidos. Isso é fundamental porque busca a revolução proletária, a destruição do poder burguês que mantém a exploração de classe.

Um partido burguês visa as disputas eleitorais. Participa da corrupção que é uma das bases sobre as quais se constrói o Estado burguês. Por isso utiliza-se de

todos e quaisquer métodos para se arrumar dinheiro. Com isso, não tem independência política ou organizativa e atende às pressões de classe da burguesia.

A onda de corrupção burguesa não vai ser julgada ou punida pela Justiça burguesa. Só serve de elemento de barganha entre as frações. Estão aí as denúncias sobre os ex-candidatos a vice-presidente, que não deram em nada.

O episódio da absolvição de Orestes Quécia pela Justiça burguesa é a expressão vergonhosa da corrupção que atinge também aqueles que são responsáveis pela aplicação da legislação burguesa.

Os trabalhadores precisam se organizar e exigir dos sindicatos, da CUT e outras organizações populares a convocação de assembleias para organizar a ação direta de massa e julgar através dos tribunais populares a corrupção burguesa.

Resposta Programática do Comitê de Empresários Lula Presidente

O comitê de empresários de apoio à Lula publicou um folheto intitulado "Fatos e Versões - O que você precisa saber sobre o programa de governo de Lula". O objetivo é convencer os capitalistas de que a vitória de Lula não colocará em risco os seus interesses de classe exploradora.

Logo na apresentação, se aconselha: "se o empresariado se preocupar menos com a ideologia e mais com seus interesses, certamente encontrará pontos comuns com as propostas apresentadas. Nós, os empresários que apoiamos a candidatura Lula, entendemos que não está em jogo apenas a vitória de um partido e seu candidato, mas a possibilidade de iniciarmos um verdadeiro processo de mudanças éticas e políticas no Brasil".

O folheto apresenta numa página a manchete acusando Lula de ameaçar os interesses burgueses e de outro a negação. Apresentamos alguns fatos e versões para que os operários conheçam, pois tal folheto é de divulgação apenas entre os empresários.

A versão: "Lula vai estatizar o sistema financeiro"

O fato: "Lula não vai estatizar o sistema financeiro. O que ele quer é diminuir as taxas de juros, dirigir os investimentos para produção através da criação de linhas de crédito especiais e acabar com a ciranda financeira (...)"

A versão: "Lula acha que os empresários são seus inimigos"

O fato: "Alguém no Brasil pode ter negociado com os empresários tanto

quanto Lula, porém mais que ele vai ser difícil (...) Empresários, trabalhadores e governo se uniram na busca de uma saída para a recessão e o desemprego na indústria automobilística".

A Versão: "Lula vai estimular ocupações de terra".

O Fato: "a reforma agrária defendida no Programa de governo será feita de acordo com a Constituição, obedecendo critérios produtivos, de assentamento humano e de incentivo à política agrícola. Se mais pessoas tiverem acesso à terra, duas coisas vão diminuir: as ocupações e a injustiça social"(...)

A versão: "Lula vai acabar com a propriedade privada".

O Fato: "Nenhum trecho do Programa de Governo menciona essa possibilidade. A proposta do projeto nacional é democratizar a propriedade (...)"

A versão: "Lula não quer o capital estrangeiro".

O Fato: "O Programa de Governo quer o capital externo que tiver interesse em investir na produção (...)"

A versão: "Lula não vai pagar a dívida externa".

O Fato: "O Brasil precisa negociar melhor para que a dívida não comprometa as condições de vida da população e o equilíbrio cambial, como tem sido a regra nos últimos tempos".

A versão: "Lula vai acabar com as privatizações".

O fato: "O novo governo fará uma revisão do processo de privatização compatível com o modelo de desenvolvimento e a política industrial que serão adotados (...). "Nesse sentido, o processo de privatização no governo Lula se fará sem prejuízo ao patrimônio público, desenvolvendo-se de forma ética e democrática para a participação de mais interessados".

A defesa que um grupo de capitalistas faz do pro-



grama do PT perante sua classe de exploradores, por si só, já diz tudo: o governo de Lula assegurará a continuidade da exploração do trabalho e acumulação de capital. Por que é que essa fração burguesa apóia o PT e procura apoio das demais frações? Porque vê num governo de conciliação entre exploradores e explorados e pseudo-reformista a via para amenizar circunstancialmente a luta de classes. Ao mesmo tempo, defende um programa intermediário entre o neoliberalismo francamente pró-imperialista de Fernando Henrique Cardoso e o nacionalismo mais exacerbado do passado (estatismo, protecionismo). Esses burgueses da Frente Popular têm pouca influência no poder do Estado e, portanto, sobre os rumos da política econômica, assim esperam com o governo Lula aumentar seu poder de decisão.

A revelação da farsa eleitoral

A versão: "Lula não vai governar porque não terá maioria no Congresso".

O fato: "Um outro fator que vai ajudar Lula a governar é a política de alianças. Ele não pretende dirigir o país apenas com os partidos que o apóiam no primeiro turno. Seu objetivo é fazer um governo de coalizão com

outros partidos, baseado em propostas concretas de recuperação do país".

Dessa forma, os trabalhadores não estarão elegendendo um governo de Lula, com as alianças abertamente expressas; estarão elegendendo um governo que proporá aliança com os próprios adversários eleitorais, o PSDB, PDT etc. A Frente Popular se destina a um governo burguês de ampla coalizão, que dará continuidade à exploração e ao domínio imperialista do Brasil semicolonial.

Chega de farsal

Os trabalhadores não podem apoiar um Programa de governo dos exploradores, seja de Fernando Henrique Cardoso, seja de Lula.

Voto programático: Por um governo operário e camponês. Contra a miséria e a fome, construir o partido operário revolucionário

Contra a enganação: Votemos nulo.

Nacional

Adiada privatização da Embraer

O governo Itamar entrou numa fase de paralisia. A crise política se soma à disputa eleitoral e o governo não consegue avançar mais na aplicação da política neoliberal ditada pelo imperialismo. Um exemplo disso foi o adiamento da privatização da Embraer, que estava marcado para 04 de agosto.

O PT deixou de lado qualquer traço de defesa das estatais em função da campanha eleitoral. Seu programa de governo prevê a continuidade do programa de privatização, com restrições a algumas empresas consideradas estratégicas. Mas já aceitou em fazer a revisão constitucional no início de 1995, o que mostra que deixará o parlamento corrupto dominado pelas oligarquias regionais e a burguesia de conjunto decidirem o que será ou não estratégico.

O PSTU tem falado em defesa da estatal Embraer em seu programa eleitoral. Mas não diz uma palavra ao PT. Nega-se a reivindicar do PT que assuma a luta aberta contra as privatizações em geral. A submissão ao reformismo desse partido que se autoentitulou trotskista mostra que não será capaz de levantar uma luta conseqüente contra as privatizações.

A defesa da empresa estatal aliada a do controle operário da produção tem papel progressivo ao se chocar contra a política ditada pelo imperialismo, que exige dos governos dos países atrasados que lhes entreguem as estatais para pagar compromissos do endividamento externo. O imperialismo pretende aumentar o controle sobre a economia nacional e lucrar com a compra das estatais a preço de banana. A

burguesia nacional é incapaz de resistir ao aumento da opressão nacional. O proletariado é a única classe capaz de liderar um movimento nacional que resista à ofensiva do imperialismo.

A construção do partido operário revolucionário, capaz de defender de fato a independência de classe, mostra-se uma necessidade imediata, para colocar a defesa da política proletária para as massas que têm sofrido com o aumento da opressão nacional e social.



Ato na PUC contra os assassinatos políticos

Formemos os comitês de luta contra a opressão política e social

No dia 16 de agosto se realiza um ato na PUC contra os recentes assassinatos de 2 militantes do PT e mais 2 do PSTU. O POR participa da atividade e defende que não basta apenas protestar contra esses assassinatos, mas é preciso

formar comitês de luta para lutar contra a opressão política e social, que tende a se agravar com o aprofundamento da crise econômica e social e da luta de classes.

25 de agosto: marcha da CUT

A direção da CUT está convocando os trabalhadores para uma marcha de denúncia contra o Plano Real e de preparação das inúmeras campanhas salariais. Porém, a convocação tem sido muito fraca e não é acompanhada da defesa da paralisação. O que dificulta o caráter massivo da mesma.

A marcha contra o arrocho e o congelamento do salário por um ano é uma proposta fundamental para o início de uma campanha salarial unificada. Bancários, petroleiros, plásticos, químicos, metalúrgicos, têxteis etc possuem data base nesse segundo se-

mestre. A reposição das perdas salariais, a luta contra o congelamento, a defesa do emprego a todos e o salário mínimo real são reivindicações comuns aos trabalhadores. Nesse sentido, a aprovação de uma pauta única em assembléias gerais deve ser o ponto de partida para o início da mobilização nacional. O que quer dizer que a marcha do dia 25 só terá sentido se for de fato o começo de uma campanha nacional de luta, que aponte a necessidade da greve geral por tempo indeterminado.

A paralisia da CUT diante do Plano Real tem sido a responsável pelo avanço desse plano neoliberal, que provocou os reajustes pela média dos últimos 4 meses, o congelamento por um ano, a conversão dos preços pelo pico, o aumento do desemprego (fechamento de fábricas) e a imposição do mais baixo salário mínimo desde a sua implantação na década de 40.

A política da CUT é a da Arti-

culação (corrente majoritária do PT). A caça aos votos do PT impede uma ação ofensiva dos sindicatos contra o Plano. O PT para chegar ao poder (ganhar as eleições) não pode atacar durante o neoliberalismo. Não é por acaso que denuncia somente os pontos negativos e é incapaz de atacá-lo no seu conjunto. Com essa política, a CUT está colaborando com o governo e o patronato e agindo contra os interesses da maioria oprimida.

É por isso que defendemos o rompimento da CUT com a conciliação de classe e com o reformismo petista. Sem isso não será possível lutar pelas reivindicações elementares das massas exploradas. Eis porque nos colocamos contra fazer marchas eleitoreiras e defendemos uma marcha de ação para pôr abaixo o Plano FHC. Chamamos a militância sindical mais consciente a se opor à paralisia da CUT e a organizar desde a base a campanha nacional de luta.

Acordo do Mercosul abre mercado ao imperialismo

O bloco econômico formado por Brasil, Argentina e Uruguai, conhecido por Mercosul tem um conteúdo completamente diferente dos outros blocos comerciais internacionais. Enquanto os blocos europeu, norteamericano e asiático têm por objetivo aumentar o protecionismo para enfrentar a guerra comercial entre as potências capitalistas, o bloco sulamericano tem características entreguistas ou de abertura de mercado ao imperialismo.

O estabelecimento de um limitado livre comércio entre os países atrasados visa facilitar a entrada de mercadorias estrangeiras que sofrem com tarifas protecionistas de alguns países, entrando sem pagá-las através de um país vizinho. Por exemplo, a Argentina e o Uruguai têm economias já mais abertas que o Brasil. O resultado dessa abertura foi o fechamento massivo de fábricas e setores produtivos inteiros na Argentina, por exemplo. O Brasil ainda tem limites protecionistas,

ainda que tenham sido rebaixados por Collor e Itamar. O acordo recentemente firmado no Mercosul vai facilitar a entrada de produtos americanos no Brasil através do Uruguai. Quem vai ser o principal beneficiado com o mesmo será o imperialismo.

As manobras ao redor da formação dos blocos econômicos são uma das respostas do imperialismo à crise de superprodução capitalista. Mas não conseguirão superar a contradição entre o enorme potencial produtivo desenvolvido e a limitação do mercado mundial imposta pela acumulação e propriedade privada dos meios de produção.

Exemplo disso é o agravamento das relações comerciais entre Japão e Estados Unidos ou os conflitos entre os EUA e países europeus.

A saída para a crise capitalista está na revolução proletária em cada país que precisam tornar-se em revolução mundial socialista, que permitirá desenvolver livremente as forças produtivas.

Nacional



Aprovar a unificação da campanha salarial

No final de agosto será realizado o Congresso Estadual da Apeoesp. O objetivo nosso é aprovar um plano de lutas, que inicie com a campanha salarial. Certamente, uma parcela de delegados e a diretoria estarão fazendo do mesmo um trampolim dos candidatos às eleições de outubro. Foram assim os congressos estadual e nacional da CUT.

A situação objetiva é de extrema pauperização dos professores. A hora-aula não atinge 1,50 reais. A conversão pela média provocou maiores perdas ainda. O piso da classe, em agosto, foi de 111 reais. O reajuste de 8% no mês de julho só cobriu a inflação em Real, o que quer dizer que não houve recuperação de perdas.

O dinheiro proveniente da arrecadação de ICMS daria para elevar o piso salarial. O problema é que o governo não o aplica na educação. Nem os 23% fixados pelo Orçamento para a folha de pagamento da secretaria da educação têm sido destinados. No mês de junho, o governo só aplicou 15,44% para o salário do magistério. Se pegássemos somente o que não foi destinado à folha nesse semestre, teríamos um montante de 152 milhões de dólares. O que prova a política de cortes nos recursos da educação, como manda o plano neoliberal. Esses dados são provas de que há dinheiro para repor nossas perdas.

Pouco adianta a diretoria da Apeoesp denunciar a miséria em que se encontra a escola pública se isso não se converte em ação contra aqueles que a destroem. O fato de defender um dia de protesto contra a proposta de organizar a classe e unificar a campanha salarial com os outros setores é aceitar o sucateamento da educação. O argumento de que os

professores estão cansados de lutar (porque já são inúmeras as greves) mostra a impotência de uma direção burocrática e a sua submissão ao conservadorismo de uma parcela do magistério. É claro que assim se potencia o governo para continuar cortando recursos para a folha de pagamento.

É nesse sentido que a Corrente Proletária na Educação denunciou a política da diretoria e propôs que o Congresso tenha como eixo central a preparação da campanha salarial. A unidade com os bancários, petroleiros, têxteis, químicos, plásticos etc é fundamental para quebrar o corporativismo de nossas campanhas salariais. A perspectiva é a da greve geral contra o Plano Real, que trouxe mais arrocho e congelamento do salário por um ano. A unidade grevista deve ser a ação dos trabalhadores contra o plano de fome e arrocho de Fernando Henrique e Itamar. Derrotaremos os planos neoliberais com a ação de massa do conjunto dos trabalhadores. A política de Fleury é uma peça dessa engrenagem maior ditada pelos credores internacionais e aplicada pelos governos.

Nada de mais um congresso eleito-reiro!

Preparar a unidade grevista contra o arrocho, congelamento de salário e destruição da escola pública!

OPOR
BRINQUE
Educação



Funcionários Municipais-SP

Travar a luta massiva contra Maluf

Aprofunda-se a degradação dos funcionários municipais a cada mês da administração autoritária e repressiva de Maluf. No mês de junho, os salários foram reajustados em 44% contra uma inflação de 45,38% em maio (índice do Dieese). Só que 20,75% foi dado como antecipação salarial e, por isso, já foi tirado no mês de julho. Esse foi mais um artifício que o prefeito usou para que alguns funcionários, especialmente os das creches, não tivessem salários inferiores ao mínimo estabelecido quando da mudança do cruzeiro para o real.

No mês de julho, os professores tiveram um reajuste de 3,25% para uma inflação de 50,71% no mês de junho. Com isso, os auxiliares de desenvolvimento infantil receberam 65,75 reais.

Os reajustes salariais não repõem as perdas salariais deste ano. Essa situação, aliada à disparada de preços em junho, levam os trabalhadores municipais cada vez mais ao estado de miséria. Se isso só

não bastasse, os funcionários das creches, que entraram em greve no dia 6 de julho reivindicando a reestruturação da carreira profissional, foram punidos com suspensão e corte de ponto. Foram também ameaçados de abertura de processo administrativo e exoneração.

Isso é tudo que se pode esperar de um governo que está a serviço da burguesia. É necessário que os funcionários municipais se organizem na luta contra a miséria, indo em massa para as assembleias do sindicato, de forma a rebater as manobras da burocracia e do PCdoB, metida no eleitoralismo da Frente Popular, e a organizar o movimento grevista contra Maluf e o Plano FHC.

Avaliação do XIV ENEPe

Realizou-se de 24 a 30 de julho, em Natal (RN), o Congresso de estudantes de pedagogia (XIV ENEPe). O tema central foi "Luta de classes e educação: Construção de uma pedagogia a serviço dos trabalhadores". Estavam inscritos para o evento 3000 estudantes. Porém, a pouca preparação política fez com que uma boa parte utilizasse o Congresso para fins turísticos. Sem dúvida, é de interesse das direções burocráticas do movimento estudantil a despolitização do estudante.

Um encontro de tal importância foi mutilado pelo academicismo e por interesses eleitorais. Basta ver que a mesa de debate do tema central foi composta por professores universitários reformistas, que transformaram a discussão em palanque "Lula-lá". Um dos debatedores chegou a declarar que a concepção da luta de classe em Marx estava ultrapassada, pois não contemplava o setor terciário. Esses acadêmicos vendidos aos capitalistas a tudo deformam.

No ponto sobre conjuntura, em que os verdadeiros protagonistas foram os próprios estudantes, se polarizou a discussão em torno da crítica ao reformismo e às candidaturas burguesas. Os militantes do POR puderam defender a independência de classe dos trabalhadores contra o apodrecido eleitoralismo dos reformistas. O POR defendeu claramente o voto nulo, atraindo uma importante parcela dos estudantes para suas posições.

Finalmente, o Encontro careceu de aprovar um plano de luta, o que comprova a influência do reformismo desmobilizador e a necessidade de construir uma direção revolucionária. O tema aprovado para o próximo Encontro foi "Crise da educação no Brasil e a luta em defesa do ensino público", apresentado pelos delegados do POR, que se contrapuseram ao tema metafísico e acadêmico, apresentado pelo PCdoB ("A educação do século XXI e o desafio dos novos paradigmas").

O PCdoB e o governo para todos

Durante a plenária final do XIV ENEPe, um militante do PCdoB nos deu mais uma demonstração que a presença da foice e martelo (símbolo da aliança operária e camponesa) em sua bandeira não passa de formalidade.

Durante os grupos de estudo do ENEPe, o POR propôs que os estudantes de pedagogia lutassem por um governo operário e camponês. Durante a plenária final um militante petista se

contrapôs ao governo operário e camponês com a bandeira do governo para todos (uma nova formulação do governo democrático e popular).

A defesa do governo para todos foi dividida entre o militante do PT e um destacado militante estudantil do PCdoB. O militante do PCdoB disse que se opunha à bandeira do governo operário e camponês por se tratar de um governo das minorias, que não contém o setor terciário e o lumpenzinato.

Assim vimos mais uma vez o estalinismo negar Lenin que no livro "O Estado e a Revolução" expressa sem papas na língua que a classe operária é a vanguarda de todos os oprimidos.

A defesa do governo das majorias acaba levando a maioria oprimida a acreditar que sua libertação depende da simples maioria de votos nas urnas.

O POR se nega a diluir o papel diferenciado das classes sociais no processo revolucionário, pois conhece o pânico justificado que as greves operárias e a luta dos camponeses sem terra causam à burguesia. E trabalha no seio das massas para construir a aliança operária-camponesa capaz de conquistar o controle operário da produção, expropriação dos monopólios e liquidação do latifúndio. Essa revolução social em nosso país depende do apoio da classe média urbana arruinada através da frente revolucionária antiimperialista. A classe operária lidera esta aliança, pois é a única classe que pode emancipar o país da superação do atraso e fome.

A indústria da escola privada

Ganhou as páginas da imprensa a denúncia de que o Conselho Federal da Educação mantém um esquema de criação de faculdades particulares. O presidente do Conselho é advogado das escolas particulares. Defende os aumentos abusivos que impõem mensalidades impossíveis aos estudantes. E é o responsável pelo esquema segundo o qual os tubarões do ensino privado abrem novos cursos e faculdades mediante um pagamento a partir de 20 mil dólares.

O ensino transformou-se numa fonte de lucro altíssimo aos capitalistas. As faculdades privadas estão cada vez mais ricas, com instalações sofisticadas e professores com salários superiores aos das escolas públicas. Seu fortalecimento é maior à medida que se sucateia o ensino público. A concorrência capitalista impõe a seguinte lei: quanto mais fraco o ensino público, mais se fortalece o ensino privado. E mais elitista fica a educação. A democratização do ensino já não é mais possível de ser realizada

pela burguesia, que num período de recessão produtiva não necessita desenvolver a educação.

Por isso não é possível defender o ensino público e gratuito para todos sem a luta pelo fim do ensino privado, que deve ser estatizado sob controle da comunidade universitária.

A UNE está paralisada diante do ataque governamental ao ensino público e os aumentos abusivos nas particulares. Apoiou a medida provisória do governo, que faz parte do Plano Real, e tentou fazer lobby no congresso para rebaixar as mensalidades. Não chamou a mobilização estudantil e o governo atendeu às escolas privadas.

Os estudantes precisam construir uma direção de luta para as suas entidades ou o governo vai acabar com o ensino público superior e o ensino privado será privilégio de uma minoria ínfima.



Sintusp realiza seminário de avaliação da greve

O Sindicato dos funcionários da USP (SINTUSP) realizou nos dias 6 e 7 de agosto um seminário que teve como temas principais a avaliação da greve de 37 dias e um plano de lutas.

A Corrente Proletária na Educação defendeu:

1) A greve ocorreu num momento de agravamento do ataque ao ensino público, tanto superior quanto de 1º e 2º graus, com rebaixamento insuportável dos salários de docentes e funcionários e pré-falência de cursos superiores, que estão ficando sem professores sequer para conclusão das disciplinas obrigatórias. O movimento esteve inserido no ascenso grevista de maio, quando muitas categorias saíram à luta contra a urvização dos salários, convertidos pela média. Muitas dessas greves, combativas e longas, foram derrotadas. Estava colocado a unificação e generalização dos movimentos, para ganhar força suficiente para enfrentar governos extremamente intransigentes. O isolamento imposto pela direção da CUT é a principal causa das derrotas sofridas.

2) A greve pelo aumento de salários chocou-se frontalmente com a política de sucateamento das universidades imposta pelo governo estadual. Adquiriu objetivamente um caráter de defesa da universidade pública, e por isso político e contra o governo e não apenas contra os reitores. Mas não conseguiu transformar-se num movimento de conjunto da comunidade universitária, seja pela passividade seja pela política imobilista das direções da

maioria das organizações estudantis, e pelo corporativismo predominante nos três setores da comunidade. Sem a adesão da principal força social da universidade, os estudantes, a greve não teve força suficiente para resistir à intransigência dos reitores e do governo.

3) O isolamento foi outro fator de desgaste da greve. Apesar das tentativas feitas pelos funcionários de projetarem o movimento para o conjunto da sociedade, a CUT não apoiou de fato o movimento (em que pese a presença ocasional de Vicentinho) nem material nem politicamente, nem preocupou-se em projetar o movimento para a sociedade. Sem a pressão social, o governo pôde esperar pelo cansaço dos grevistas até obrigá-los ao retorno ao trabalho.

Quanto ao plano de lutas, defendemos a necessidade de retomar a defesa da universidade, desta vez chamando a unidade entre professores, alunos e funcionários desde já. E a defesa pelo sindicato da luta para pôr abaixo o Plano Real através da preparação da greve geral, ligando as reivindicações imediatas dos funcionários a essas duas questões.

Educação



Diadema/SP - Curso de Marxismo para Operários

Iniciou-se, no dia 4 passado, no ABC, um curso com vários operários e operárias. No início do curso se verificou que existe toda possibilidade de se assimilar os princípios básicos do marxismo, mesmo sendo operário analfabeto. Isto porque parte do princípio de que o marxismo não é mais do que a expressão consciente das tendências presentes no operariado. Dessa forma, através de pergunta, leva-se os aprendizes às conclusões marxistas.

Também nesse primeiro dia se verificou a viabilidade da transformação da atual sociedade capitalista para o comunismo superior. Trata-se de uma constatação baseada no materialismo histórico que demonstra a existência, contradições, evolução e destruição de modos de produção anteriores (comunal primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo).

Causou bastante curiosidade entre os presentes a existência, no passado, do comunismo primitivo. Analisou-se essa co-

munidade tendo como exemplo as comunidades indígenas e sua forma de vida comunal. Destacou-se, também, o nascimento da exploração do homem pelo homem com o aparecimento da propriedade privada (cercamento das terras), do acúmulo de excedente, do fim da sociedade matriarcal e livre para a escravização da mulher e do homem, formação da família e do Estado opressor (como instrumento de dominação de uma classe, que se formava e detinha o poder).

Podemos notar uma grande ansiedade nos operários e operárias, que ficavam atentos e se esforçavam para compreender todo esse desenvolvimento. Para concluir, se analisou o papel formador do partido operário revolucionário, como sendo a escola dos oprimidos, contrapondo com as escolas oficiais, que escondem o caráter de exploração de classe e o papel que joga o Estado, a família etc para manter a dominação capitalista.

Luta pela terra e teto

O movimento socialista independente pela terra continua com suas assembléias e cada vez mais massivas. Algumas conclusões já podemos tirar dessas assembléias e

desses exercícios de democracia operária. Um dos ensinamentos é que as decisões das assembléias se chocam com os interesses individuais e toda trambicagem existente. Sendo necessário para o cumprimento das decisões de assembléias a constituição de um destacamento armado de operários, para fazer com que as próprias massas se

sintam em condições de impor suas decisões coletivas.

Outro ensinamento é o de que as direções desses movimentos, na maioria das vezes, se corrompem e passam a trair os interesses da assembléia ou a manobrá-las. Para isso é necessário a constante rotatividade das direções, a coletivização destas e junto a esse processo a rigorosa e disciplinada formação política revolucionária dos dirigentes e de uma boa parcela do movimento. E realizar uma agitação entre as massas sobre as possibilidades da traição e defender a democracia operária.

Um inimigo que ronda esses movimentos é a própria miséria que o capitalismo impõe aos operários e seus familiares, levando esses a se corromperem por pouco e a seguir

aqueles que fazem promessas de atendimento de reivindicações imediatas, como por exemplo a casa. O desespero toma conta e vale tudo para conseguí-la. Muitos enganadores, mercenários e caçadores de votos se aproveitam disso.

Aos revolucionários cabe impulsionar esses movimentos, libertando as assembléias massivas dos aproveitadores. Nessa luta por casa devemos mostrar aos sem-teto que o problema da

moradia só será solucionado definitivamente com o fim do capitalismo e que esta é uma tarefa dos operariado e de todos os oprimidos.

Por terra e teto para todos! Construir o Partido Operário Revolucionário para destruir o capitalismo!

Movimento Operário

Os trabalhadores têxteis se revoltam com o congelamento dos salários e as demissões

Durante nossas vendagens do jornal Massas em fábricas têxteis, notamos que os operários mostraram-se insatisfeitos com o plano Real pelo congelamento dos salários e pelas demissões que vêm ocorrendo.

Essa disposição de luta está ameaça-

da pela direção pelega do sindicato, que está propondo para a campanha salarial uma reivindicação de 11%. O índice já é pequeno, não repõe as perdas do último ano e divide a classe, porque muitos não estão dispostos a lutar por um índice tão baixo. Além disso, algumas fábricas deram 10% no mês passado, o que transforma a reivindicação salarial em 1%. Aí ninguém vai lutar por um índice tão baixo.

A direção pelega é ligada à Força

Sindical, que apóia o plano Real. Pretendem bloquear a tendência de luta dos têxteis e fazer um conchavo com os patrões. Os trabalhadores precisam exigir a convocação de uma ampla assembléia, participar massivamente, eleger um comando de mobilização acima da diretoria do sindicato, chamar a reposição de todas as perdas salariais e colocar-se na perspectiva da greve. Sem isso, o arrocho continua e as demissões também.



Internacional

Viva o I Congresso do Comitê de Enlace

Depois de realizar inúmeras reuniões internacionais, estabelecer uma linha de atuação frente à crise acelerada do capitalismo e ao avanço da restauração capitalista na ex-União Soviética, Leste Europeu etc, o Comitê de Enlace dá um significativo passo à frente realizando seu I Congresso, nos dias 30 e 31 de julho, em La Paz.

Estiveram presentes o POR Boliviano, o Comitê Construtor do POR argentino, Chileno e a Tendência pelo Partido Operário Revolucionário. Contou, também, com um observador da Espanha, que informou sobre a crise em seu país e sobre os acontecimentos na Iugoslávia.

A pauta se resumiu a um balanço da direção provisória do Comitê de Enlace, em que se constatou a necessidade de superar as debilida-

des de funcionamento na situação de agravamento da luta de classes na Bolívia e no mundo; num informe político-organizativo de cada seção; discussão e aprovação da Resolução Internacional; aprovação definitiva do Estatuto e, finalmente, o funcionamento do Comitê de Enlace como partido mundial da revolução socialista.

Tratou-se de uma rica discussão, que muda os rumos de funcionamento do Comitê de Enlace, ajustando-o à verdadeira tarefa de superação da crise mundial de direção.

Funcionar como direção mundial

O centro da discussão e deliberação do I Congresso residiu na proposição de que o Co-

mitê de Enlace deve funcionar como uma direção internacional, regida pelo centralismo democrático. O que quer dizer superar a fase embrionária e federativista de funcionamento.

A necessidade de intervenção na jornada de luta de maio na Bolívia demonstrou a fragilidade e a contradição de como as secções se relacionam politicamente através do Comitê de Enlace. Sem dúvida, as secções responderam prontamente com campanhas de defesa da revolução. Mas não houve a centralização internacional necessária tanto para a atuação nos acontecimentos quanto para o desenvolvimento da campanha nos respectivos países em que embrionariamente se de-

envolvem as secções do Comitê de Enlace.

O trabalho coletivo das secções sofreu evolução até o presente momento, ainda que lentamente para as condições de crise mundial e da luta de classes. Estabeleceu-se as bases comuns internacionalistas sob o Programa de Transição, como constam nos documentos programáticos e políticos. A última reunião de julho de 1993 deu um passo significativo elaborando um estatuto de funcionamento centralista democrático, próprio para o desenvolvimento do Partido Mundial da Revolução.

Dessa forma, o I Congresso delibera uma resolução de funcionamento partidário mundial. Supera

o conflito de constituição da direção ocorrido na última reunião do Comitê de Enlace e aprova que a direção eleita terá características e cumprirá funções partidárias internacionalistas. A materialização desse objetivo dará um importante passo para a construção do Partido Mundial da Revolução Socialista e, portanto, da reconstrução da IV Internacional.

Logo mais a T.POR publicará a Resolução do I Congresso e outros documentos anteriores.

Internacional

Sob o peso do imperialismo, a África se desagrega

As guerras civis, a fome generalizada, as epidemias que se alastram e o aprofundamento do atraso marcam as relações sociais na África. A guerra étnica, tribais, entre tutsis e hutus em Ruanda, com milhares de mortos, é um exemplo que expressa a situação catastrófica do continente. O mesmo ocorre na África do Sul - conflitos nos Bantustões - circunstancialmente amenizados pelas ilusões no chamado governo multirracial de Mandela. A Somália, Biafra, Angola, Moçambique, Uganda etc não fogem à desintegração econômica e social. As massas suportam catástrofes e milhões morrem mergulhados na barbárie.

O imperialismo norte-americano e europeu se aproveitam da situação para justificar o intervencionismo bélico e submeter os débeis governos incapazes de assegurar a soberania e desenvolver as forças produtivas capitalistas. Sob a máscara da ajuda humanitária - migalhas do poderoso capital multinacional - as potências ocupam militarmente os territórios, objetivando assegurar seus interesses de opressores internacionais.

O domínio imperialista

Assim como a América latina, a África sofreu uma brutal colonização. Foi celeiro de escravos, que rendeu fortuna aos exploradores europeus. Milhões de seres foram, entre 1650 e 1850, aprisionados, transformados em mão de obra escrava. Calcula-se que morreram no tráfico Atlântico entre 60 a 70 milhões de negros.

As colônias portuguesas e inglesas

foram povoadas de escravos nas plantações, engenhos etc. A escravatura serviu para produzir as matérias-primas para as indústrias capitalistas nascentes, sustentar a colonização e estruturar o mercado mundial com o domínio colonial. Esgotado esse período, no final do século XIX, o capitalismo liberal entra na etapa imperialista. Em pouco tempo, a Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Portugal, espartejam a África implantando novas colônias. Um novo massacre foi necessário para as metrópoles controlarem o território e domesticarem as tribos.

No fim da 1ª Guerra Mundial, a Alemanha derrotada perdeu seu domínio sobre a África Oriental. Esta passou para as mãos da Inglaterra. A Bélgica ocupou a Ruanda. E por que esta nova repartição? Resultou da luta interimperialista pela manutenção de fontes de matérias-primas, mercado cativo, mão-de-obra barata e ponto estratégico de disputa pelo mercado mundial.

Depois da 2ª Guerra Mundial, ocorrida essencialmente pelos mesmos motivos de domínio territorial, eclodiram movimentos nacionais de libertação nacional. Os italianos foram os primeiros a perderem sua colônia. Foram derrotados na guerra de libertação da Etiópia.

Nos anos 60, a maioria dos países africanos conquistou com muito sangue, a independência formal. Entretanto, não puderam romper as amarras do capitalismo e do atraso. De colônias, passaram a semicolônias do imperialismo. O avançado estado de burocratização estalinista da União Soviética foi uma trava ao desenvolvimento revolu-

cionário de emancipação nacional.

Nesse momento, assistimos à desintegração da África semicolonial sendo arrastada pela crise mundial do capitalismo. A fome e o atraso provocam as guerras civis entre os explorados, resultantes do longo domínio das potências.

A África sufocada

Os dados oferecidos pelos próprios organismos das potências colonizadoras - como os do Banco Mundial - indicam que a África sofreu um violento revés econômico e social na última década. A renda per-capta baixou cerca de 2% ao ano. Isto significa jogar a maioria na pobreza absoluta. Sem dúvida, a minoria capitalista manteve a alta concentração de riquezas.

O relatório do Banco Mundial de 1992 refere-se a 220 milhões vivendo na pobreza absoluta somente no sul do Saara, onde se concentra uma população de 600 milhões. A produção de alimentos



está abaixo da do ano de 1970 em nada menos do que 20%. Prevê-se que "mais de 4 milhões de crianças nascidas este ano morrerão antes de completar cinco anos. Quase um terço das crianças sofrem de desnutrição grave. Uma em cada três não recebe instrução primária" (O Estado de SP-3/7).

Essa situação é fértil semeio de epidemias, como as que ocorrem em Ruanda, Uganda etc. Para agravar, o controle monopolista da indústria farmacêutica não permite o acesso ao grosso da população empobrecida. As cenas de crianças, velhos e adultos moribundos são resultados da exploração, da opressão nacional e de uma economia sufocada.

Aplicação do neoliberalismo

Os movimentos de libertação nacional demonstraram que no interior do capitalismo monopolista não há solução para o atraso de continentes inteiros, que tardiamente foram incorporados na economia mundial. A África semicolonial capitalista está fadada a sustentar o imperialismo em cri-

se. Ou seja, a manter as potências, que se afundam na crise estrutural e que travam abertamente a guerra comercial.

Desde os inícios de 80, a dívida externa da África triplicou, saltando para 180 bilhões de dólares. Somente os serviços da dívida drenam para os banqueiros internacionais 10 bilhões de dólares anuais. Enquanto deve 180 bilhões, seu Produto Nacional Bruto (PNB) é de apenas 386,5 bilhões de dólares, menos de 10% do PNB dos Estados Unidos e praticamente igual ao da Bélgica, que possui 10 milhões de habitantes, frente aos 651 milhões da África.

Através do domínio financeiro, o FMI e BIRD têm imposto o plano neoliberal de privatizações, abertura de mercados, corte nos gastos públicos, redução de subsídios até à agricultura e de aumento da concentração de riquezas. O resultado nos é conhecido: redução salarial, desemprego e destruição de serviços públicos (educação, saúde etc).

Ao mesmo tempo, a África tem sofrido com as desvalorizações de seus produtos no mercado mundial, controlados pelas metrópoles. Está obrigada a pagar uma fábula aos credores, enquanto que sua participação no comércio mundial despencou de 4% para 2%.

Está aí a verdadeira fonte das guerras, genocídios e fome de milhões.

Estados Unidos Socialistas da África

A tarefa de emancipação da África

do domínio imperialista continua vigente. Não se trata de melhorar as condições dos países semicoloniais. É necessário justamente romper com a condição semicolonial. O que quer dizer destruir as relações de opressão nacional e continental para libertar as forças produtivas e erradicar a miséria das massas.

Os movimentos nacionalistas de libertação nacional se esgotaram historicamente. Isto não quer dizer que não continuam a existir e a se chocar com o imperialismo. Não podem é superar as amarras do domínio imperialista, a exemplo de Moçambique, Angola, África do Sul etc. É fundamental construir partidos revolucionários que combinem o programa das tarefas nacionais democráticas com as socialistas de expropriação do grande capital.

As propostas de constituição de federações ou confederações dirigidas pelos países mais adiantados da África é uma farsa burguesa. Elas implicam sobrepor algumas nações sobre as demais, sem contudo romper com o imperialismo, ou seja, com a opressão nacional. A luta revolucionária das massas oprimidas deve ter por estratégia a unificação da África contra o imperialismo sob a forma dos Estados Unidos Socialistas da África. Essa é a estratégia da revolução socialista mundial, condição para pôr fim à barbárie. A luta antiimperialista é uma alavanca decisiva para amadurecer o objetivo das transformações socialistas.

Adquira o I Volume das Obras Completas de Guilherme Lora

Obras Completas

O primeiro volume contém 515 páginas. Trata-se de um esforço para proporcionar aos revolucionários e leitores em geral uma seleção de escritos que ajudam a conhecer e interpretar a história boliviana e da classe operária à luz da teoria marxista.

O período que abarca é de 1942 a 1947, momento em o POR iniciou sua penetração no seio das massas. É um valioso material que permitirá assimilar essa experiência para a tarefa monumental de potenciar o partido da revolução proletária. Os principais temas são: Atualidade do trotsquismo e seu programa. O escândalo sobre o "descobrimento"

da IV Internacional. Sobre o assassinato de Trotsky. O PIR desnudado, o que nos ensina a Revolução Russa. Sobre o massacre de Catavi. A localização de Jaime Mendonça. Comentários Bibliográficos. Considerações sobre a revolução proletária. Interpretação da greve de Catavi. Interpelação ao gabinete. O VII Congresso Universitário. Sobre o Programa da FUB. A Reforma Universitária, 1946: ano crucial na história, Teses de Pulacayo. Os partidos da classe média são verdugos da revolução. O que é o PSOB? Patiño, visceralmente oligárquico. O POR e o parlamentarismo, sindicalização de camponeses e empregados do estado. Projeto de reformas constitucionais, significado das "Teses de Abril".

As Obras Completas estão sendo vendidas por 15 reais. Adquira com os militantes do POR.

